

Quero exaltar aqui o trabalho que esse congresso tem feito para estimular a economia do país, ajudando na manutenção de empresas e ampliação dos empregos no Brasil.

Primeiro, a vitória que foi a manutenção da desoneração da folha de pagamento. A Medida Provisória 1208/24 revoga a reoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia, a exemplo do ramo de call center, confecção, calçadista, entre outros.

Esse mecanismo evitou demissões em massa e ajudou a gerar mais empregos no nosso país, que hoje tem mais de 8 milhões de pessoas desempregadas, de acordo com dados do IBGE.

Os dados mostram: embora o gasto tributário da desoneração seja estimado pela Receita Federal do Brasil em R\$ 9,4 bilhões, o efeito positivo à economia supera os R\$ 10 bilhões em arrecadação. Em 2022, por conta da desoneração, foram mais de 620 mil novos postos de empregos no país. É disso que o Brasil precisa: incentivar cada vez mais a geração de novos postos de trabalho.

Por outro lado, eu tenho que lamentar o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, o PERSE. O programa foi criado em 2021 para auxiliar as empresas do setor prejudicadas pela pandemia de COVID-19. Entre as áreas beneficiadas estão hotéis, bufês, casas de festas e eventos, produção teatral, produção musical, restaurantes, bares e outros estabelecimentos.

O programa oferecia benefícios fiscais como alíquota zero de impostos federais e parcelamento de débitos com redução de até 100% de juros e multas. Os benefícios foram prorrogados em 2023 por mais cinco anos.

O fim do PERSE compromete muito esse setor. Muitas vezes se discute a temática olhando apenas para os grandes grupos e empresas. É preciso deixar claro que o segmento também é formado por pequenos e médios empreendedores, que foram os que mais sofreram com os impactos da pandemia.

O aumento repentino nas despesas fiscais e tributárias podem comprometer muitas dessas iniciativas. É preciso discutir e lutar por alternativas que possam garantir o pleno restabelecimento do setor, principalmente para os pequenos empresários e produtores independentes.

De acordo com reportagem do portal Poder 360°, um levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo diz que o fim do PERSE pode retirar até R\$ 244 bilhões da economia brasileira todos os anos.

A possível ilegalidade em alguns casos não pode penalizar todo um segmento da nossa economia. Nos casos apontados pelo governo federal, onde existem indícios de crimes contra a ordem econômica, tudo deve ser devidamente apurado e os acusados punidos com o rigor da lei.

Por isso, eu defendo a volta do PERSE e que o governo federal crie mecanismos para que esses casos de irregularidades sejam identificados e punidos, mas a classe não pode ser punida.

Mas essa casa, nós parlamentares, não vamos permitir o fim do PERSE. Hoje, votamos a manutenção em um novo formato, com novas regras providas do acordo possível para sua manutenção.

Minha colega e presidente do meu partido, a deputada Renata Abreu, realizou um trabalho hercúleo para produzir este texto, em diálogo permanente com os parlamentares, setores e governo. É uma honra fazer parte dessa história e deste marco para este setor.

Viva o PERSE, viva o turismo brasileiro!